



COMPROMISSO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL: DESAFIOS NO FINANCIAMENTO DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA (UNEB)

ANA CLEIDE SANTOS DE SOUZA
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)
acssouza@uneb.br

ANTÔNIO DE MACÊDO MOTA JÚNIOR
Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)
antoniomacedojr@gmail.com

ARIANE BRASIL DAMÁSIO
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)
adamasio@uneb.br

CRISTIANE NEVES DE OLIVEIRA
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)
cris-noliveira@hotmail.com

RESUMO

Este trabalho aborda o tema dos desafios do financiamento de uma universidade pública no que diz respeito ao seu compromisso social e contribuição para o desenvolvimento local. Desse modo, este estudo apresenta os resultados preliminares de uma pesquisa exploratório-descritiva, bibliográfica e documental, com o objetivo de analisar os desafios relacionados ao contexto do financiamento da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e seus impactos para o compromisso social dessa universidade, ao assumir sua missão institucional e contribuição para o desenvolvimento local das regiões onde se encontra inserida. Para tanto, foi necessário contextualizar o surgimento e a atuação dessa universidade, além de apresentar conceitos sobre compromisso social e abordar a relação entre universidade e desenvolvimento local. Os resultados destacam os impactos das restrições orçamentárias enfrentadas por essa universidade, no que se refere ao desempenho dessa instituição para com o seu compromisso social e desenvolvimento local.

Palavras chave: Educação Superior; Gestão Universitária; Compromisso Social; Desenvolvimento Local.

1. INTRODUÇÃO

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 assegura a educação como um direito de todos. Além disso, essa Carta Magna, em seu artigo 23, estabelece meios de acesso à educação, assim como à cultura e à ciência, como de competência comum da União, dos Estados e Distrito Federal e dos Municípios (BRASIL, 1988).

No que diz respeito ao ensino superior, apesar de iniciado no período colonial nos colégios jesuítas, destaca-se um atraso histórico na inserção de universidades no Brasil, que desponta somente no século XX, a partir de 1920, com a criação da Universidade do Rio de Janeiro (CUNHA, 2010).

As rápidas transformações na sociedade contemporânea têm demandado da instituição universitária uma multiplicidade de papéis que envolvem inúmeros desdobramentos do tripé ensino, pesquisa e extensão.

De acordo com dados do Censo da Educação Superior (Tabela 01) temos no país, atualmente, 2.340 Instituições de Ensino Superior (IES). Destas, somente 195 são universidades, sendo 107 públicas e 88 privadas.

Tabela 01 - Estatística da Educação Superior - Graduação, por Categoria Administrativa - Brasil - 2015

Estatísticas Básicas	Categoria Administrativa					
	Públicas				Privadas	Total Geral
	Federal	Estadual	Municipal	Total		
IES	107	120	68	295	2.069	2.340
Universidades	63	38	6	107	88	195
Cursos	6.313	3.709	747	10.769	22.732	33.501

Fonte: INEP, 2016.

No caso das universidades públicas estaduais brasileiras, percebe-se a sua história associada ao desempenho das instituições federais, alinhadas à oferta da educação superior assumida por diversos estados, em vista da frequente ausência da União. Na Bahia, confirma-se essa situação, por meio das dificuldades encontradas pelas universidades estaduais na relação com os órgãos oficiais, em especial os vinculados ao Ministério de Educação (FIALHO, 2004).

Segundo o Sistema e-MEC (Tabela 02), o estado da Bahia, atualmente, tem 8 IES públicas, sendo 4 federais e 4 estaduais. No entanto, o quantitativo na rede privada chega a ser de 123 instituições.

Tabela 02 - Instituições de Ensino Superior na Bahia

Categoria Administrativa					
Públicas			Privadas	Total Geral	
Federal	Estadual	Municipal			
4	4	0	123	131	

Fonte: Brasil, 2017.

Para Miranda (2013), a formação do sistema estadual baiano de educação superior começou a se constituir, efetivamente, apenas no final da década de 1960, a partir do momento em que o governo do Estado assumiu a responsabilidade pela criação de faculdades isoladas no interior. Posteriormente, essas faculdades foram agrupadas e deram origem às atuais universidades estaduais baianas (UEBA), conforme Quadro 01.

Nesse sentido, as UEBA estruturaram-se a partir do agrupamento de escolas superiores isoladas pré-existentes. Ainda que tenham sido criadas em momentos distintos,

todas elas mostravam características comuns, provenientes das escolas que as antecederam, com foco na formação de professores (MIDDLEJ, 2004).

Já para Boaventura (2009), as UEBA têm como missão institucional instrumentos de desenvolvimento socioeconômico e cultural, ou seja, o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão, além de interiorizar a educação superior possibilitando a qualificação de recursos humanos para os setores produtivos e do ensino.

Quadro 01 - Universidades Estaduais Baianas (UEBA)

Instituição	Proveniência	Ano	Localização
UEFS	Fundação Universidade de Feira de Santana	1970	Feira de Santana
UESB	Fundação Educacional do Sudoeste	1980	Vitória da Conquista, Jequié e Itapetinga
UNEB	Superintendência do Ensino Superior do Estado da Bahia – SESEB	1983	Salvador (sede) e diversos municípios (24 <i>campi</i>)
UESC	Federação das Escolas Superiores de Ilhéus e Itabuna – FESPI	1991	Rodovia Ilhéus-Itabuna

Fonte: Midlej, 2004.

Nesse contexto, Rocha (2013) afirma que o resultado das ações do estado no sentido de resolver as questões relativas à crescente demanda por educação superior, foi o de atribuir às suas quatro universidades estaduais, que se encontravam situadas em diferentes regiões do Estado, a missão de contribuir com o desenvolvimento da sua região de abrangência.

Segundo Barbosa (2013), demonstrando-se a dimensão econômica da importância das UEBA para o estado da Bahia, já é possível encontrar em várias regiões do Estado especialidades profissionais que antes só se encontrava em Salvador. Com a presença das UEBA e a oferta de educação superior no interior do Estado, alterou-se a configuração da divisão territorial do trabalho, o que contribuiu com o novo padrão de acumulação capitalista, dispersando a atividade econômica no território. Para Barbosa (2013), está estatisticamente comprovado que a presença de uma IES estadual exerce impacto sobre o potencial de desenvolvimento local.

Dessa forma, neste trabalho, a Universidade do Estado da Bahia (UNEB) aparece como objeto de estudo, cuja caracterização será apresentada a fim de possibilitar melhor compreensão de seu compromisso social enquanto universidade. Assim, pretende-se contextualizar a educação superior no estado da Bahia, no que se refere ao surgimento e atuação da UNEB, objetivando analisar os desafios relacionados ao compromisso social dessa instituição, ao assumir sua missão e, especialmente, contribuir com o desenvolvimento local das áreas adjacentes.

Considerando os aspectos supramencionados, formulou-se o seguinte problema de pesquisa: quais os impactos do financiamento no desempenho da UNEB, no que diz respeito ao seu compromisso social e contribuição para o desenvolvimento local, diante de um contexto de rápidas transformações e desigualdades sociais?

Sendo assim, este estudo foi estruturado nas seguintes partes: (1) Introdução; (2) Fundamentação Teórica, que trata dos pressupostos para criação da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), apresenta conceitos sobre compromisso social e aborda a relação entre universidade e desenvolvimento local; (3) Metodologia, que explicita o percurso metodológico do estudo; (4) Análise dos resultados obtidos da investigação sobre o contexto do financiamento da UNEB e seus impactos na realização de ações voltadas para o compromisso social e desenvolvimento local; (5) Considerações Finais; e (6) Referências.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 CRIAÇÃO E ATUAÇÃO DA UNEB

De acordo com Miranda (2013), a UNEB tem como núcleo embrionário, o Centro de Educação Técnica da Bahia (CETEBA), que foi transformado em Fundação Centro de Educação Técnica da Bahia, em 10 de abril de 1974, com a mesma sigla. Essa Fundação funcionou até a publicação da Lei Delegada nº 12, de 03 de dezembro de 1980, que o extinguiu, criando a Superintendência de Ensino Superior do Estado da Bahia (SESEB). Essa Superintendência passou a congrega e integrar as unidades do SESEB, a saber: o CETEBA; a Faculdade de Agronomia do Médio São Francisco; as Faculdades de Formação de Professores de Alagoinhas, de Jacobina e de Santo Antônio de Jesus; e as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras de Caetité e de Juazeiro (MIRANDA, 2013).

Somente em junho de 1983, com o advento da Lei Delegada nº 66, de 1 de junho de 1983, a SESEB foi extinta, criando-se a UNEB. Inicialmente, a universidade foi composta pelas unidades vinculadas à SESEB e de duas outras Faculdades posteriormente criadas: as Faculdades de Educação da Universidade do Estado da Bahia, localizadas em Salvador e em Senhor do Bonfim. O funcionamento da UNEB foi autorizado pelo Decreto Presidencial nº 92.937/1986, que a caracterizou como uma IES “[...] mantida pela Autarquia Universidade do Estado da Bahia, em regime especial e em sistema *multicampi* de funcionamento, vinculada a então Secretaria da Educação e Cultura do Estado da Bahia” (MIRANDA, 2013, p. 131).

A UNEB tem sede e foro na cidade de Salvador e jurisdição em todo o Estado. Sua estrutura *multicampi*, agrega 29 departamentos, localizados em 24 centros regionais de médio e grande porte (Quadro 02). Atualmente, a instituição tem se configurado como uma das maiores universidades *multicampi* do país, pois abrange diversas áreas de grande influência geoeconômica do território baiano (MIRANDA, 2013).

Quadro 02 - A UNEB na Bahia

Campus	Município
I	Salvador
II	Alagoinhas
III	Juazeiro
IV	Jacobina
V	Santo Antônio de Jesus
VI	Caetité
VII	Senhor do Bonfim
VIII	Paulo Afonso
IX	Barreiras
X	Teixeira de Freitas
XI	Serrinha
XII	Guanambi
XIII	Itaberaba
XIV	Conceição do Coité
XV	Valença
XVI	Irecê
XVII	Bom Jesus da Lapa
XVIII	Eunápolis
XIX	Camaçari
XX	Brumado
XXI	Ipiaú
XXII	Euclides da Cunha
XXIII	Seabra
XIV	Xique-Xique

Fonte: UNEB, 2016

Assim, percebe-se a UNEB com ações diferenciadas e de destaque nas diversas regiões, o que permite uma participação mais significativa nos espaços não abrangidos pelas demais IES Estaduais. De acordo com o Relatório de Atividades 2016, a instituição possui cinco eixos estratégicos, definidos no primeiro ano da gestão atual (2014-2017), tem-se: Eixo I - Formação Cidadã e Profissional; Eixo II - Produção e Difusão do Conhecimento; Eixo III - Acesso e Permanência com Qualidade; Eixo IV - Articulação Universidade e Sociedade; Eixo V - Democratização, Descentralização e Transparência. Além disso, a instituição apresenta 1.102 projetos de pesquisa cadastrados no seu Sistema Integrado de Planejamento (SIP), com 244 grupos de pesquisa certificados (UNEB, 2016).

De outro modo, segundo o estudo de Barbosa (2016), a UNEB, como instância formativa, contribui para a formação de professores licenciados na educação básica (instância laboral) no desenvolvendo dos meios locais. Sendo assim, é possível destacar que a presença dessa instituição, tanto por sua capilaridade no interior baiano, como pela dispersão territorial de seus egressos licenciados, vem contribuindo para a formação e qualificação de profissionais dos sistemas locais de ensino, “[...] predominantemente ocupando funções docentes na etapa de ensino fundamental em instituições educacionais [...]” (BARBOSA, 2016, p. 104).

Nos últimos anos, nota-se a crise das universidades estaduais em todo o país e especificamente na Bahia, a UNEB é uma delas, pois crescem as dificuldades decorrentes do orçamento restritivo. Isto impacta na autonomia da Universidade para que seja cumprido os seus compromissos com a sociedade.

2.2 UNIVERSIDADE E COMPROMISSO SOCIAL

Falar de compromisso social em uma de universidade pública pode parecer algo redundante. No entanto, é possível refletir sobre algumas questões: há diferença entre responsabilidade social e compromisso social? Como as universidades têm atuado? Essas instituições estão indo além do seu papel social de formação profissional, de formação de cidadãos? Toda universidade pública visa o compromisso social?

Nesse sentido, o contexto social atual demonstra que não basta ter somente formação profissional, é preciso ser um cidadão socialmente responsável. Sendo assim, por compromisso social, entende-se o compromisso da universidade com a sociedade, pois além de produzir conhecimentos, essa instituição deverá ter mais do que a responsabilidade definida no seu estatuto; deverá comprometer-se socialmente, indo além da sua finalidade.

Nesse contexto, Wanderley (2005, p. 168) destaca que compromisso social é a expressão atribuída à responsabilidade social da universidade e afirma:

sobre a responsabilidade social das universidades, existe uma larga bibliografia, e se fizermos uma leitura dos estatutos, princípios e objetivos norteadores de cada instituição, ela normalmente comparece de forma explícita sob a expressão compromisso social. Este objetivo resultou de uma revisão de longa duração, de uma autocrítica dos membros das comunidades universitárias, não raro como consequência de grupos representativos dos segmentos, reivindicando ou mesmo exigindo que ela não se vinculasse apenas às elites, mas saísse da torre de marfim, negasse a suposta neutralidade científica, respondesse aos interesses universais, atendesse aos setores carentes, desenvolvesse projetos sociais, etc. A figura mais expressiva dessa finalidade se centra na dimensão da extensão, que acabou por se tornar componente constitutivo da natureza da universidade, compondo o tripé ensino-pesquisa-extensão.

De acordo com Silva e Melo (2010), o compromisso social de uma universidade deve ser compreendido como a responsabilidade desta instituição para com a sociedade, ou

seja, não somente em relação a sua função de produzir e disseminar conhecimentos, mas também pela necessidade de um maior envolvimento com essa mesma sociedade.

Por outro lado, Daft (1999, p. 88) define responsabilidade social, como sendo “[...] uma obrigação da administração de tomar decisões e ações que irão contribuir para o bem-estar e os interesses da sociedade e da organização”. Já para Gohn (2011), a ação de compromisso social é uma construção histórica entre diferentes agentes e atores sociais. Essa ação não pode ser um programa elaborado em um gabinete e implantado junto a um grupo social. Se assim o for, estará no terreno da assistência, da caridade ou do clientelismo. Portanto, segundo Gohn (2011), o compromisso social é fruto de um feixe de relações e ações, com sentido e significado inteligível, pactuado entre as instituições e organizações envolvidas.

Ademais, Goergen (2006, p. 68) compreende o compromisso social de uma universidade de uma forma mais ampla:

tenho aqui a missão de falar sobre o compromisso social da universidade. Desejo fazê-lo defendendo o ponto de vista de que, no caso da universidade, compromisso social não significa que ela deva estar sempre a serviço dos interesses e exigências socioeconômicos do sistema vigente, seja para suprir suas incompetências, seja para otimizar seus procedimentos quando estes visam apenas a interesses e vantagens privados. Compromisso social da universidade significa, também, o exercício da crítica, da oposição e da resistência. Compromisso social não pode ser interpretado somente sob o aspecto operacional sistêmico, mas deve ter em vista, também, o contexto social mais amplo que envolve tanto a instituição de uma sociedade mais justa e igualitária, quanto a realização integral do ser humano como indivíduo e cidadão.

Talvez mais conceitual do que precisamente práticas diferentes, a responsabilidade e o compromisso, ambos façam da universidade pública, ou seja, o *locus* onde as mudanças sociais sejam iniciadas por meio da produção do conhecimento e geração de massa crítica da sociedade.

Sendo assim, para agregar a essa análise, é possível refletir sobre os impactos do financiamento no desempenho do compromisso social da universidade. Desse modo, o orçamento proposto e aprovado terá que garantir todas as ações administrativas e, principalmente, as atividades universitárias, no que diz respeito ao ensino, à pesquisa e à extensão.

Assim, é possível considerar essas ações como de responsabilidade ou de compromisso. Por outro lado, é possível refletir que não somente por meio de ações extensionistas pode-se atingir a sociedade. Por meio de um orçamento adequado, como peça norteadora das atividades universitárias, pode-se definir para onde se deseja ir como agente de transformação social.

No entanto, é possível refletir também que a questão da atuação da universidade quanto ao compromisso social ainda é incipiente. Nesse caso, a gestão universitária deverá refletir sobre quais ações estão planejadas e orçadas, priorizando as necessidades do comprometimento da universidade para com a sociedade. Acredita-se, então que a resposta esteja na forma como os gestores universitários, conduzem e direcionam ações voltadas para o devido compromisso social.

Logo, pensar no compromisso social de uma universidade pública significa pensar além dos seus deveres, das suas obrigações e das suas responsabilidades institucionais.

2.3 UNIVERSIDADE E DESENVOLVIMENTO LOCAL

Por exercer uma pluralidade de funções articuladas, que vão além da formação acadêmico-profissional, do empreendimento de processos de inovação tecnológica e da produção/difusão da ciência e cultura, a universidade ocupa um lugar estratégico no desenvolvimento socioeconômico de espaços locais e regionais de sua inserção (MIDLEJ; FIALHO, 2005, p. 172).

Desse modo, a instalação de uma universidade faz com que essa instituição assuma uma posição de destaque nos processos de desenvolvimento local e regional, principalmente pela incorporação do contexto econômico, político, cultural e histórico do seu entorno (MIDLEJ; FIALHO, 2005).

Nesse contexto, Demo (2002) destaca o termo desenvolvimento como oportunidade e liberdade. Sendo assim, esse termo deve-se referir à superação dos grandes problemas sociais, como a pobreza e o atendimento precário às necessidades elementares do indivíduo. Em outras palavras, Demo (2002) considera que o desenvolvimento pode ser entendido como um processo de expansão das liberdades reais que os indivíduos desfrutam.

Já o conceito de desenvolvimento local pode ser compreendido como um processo de desenvolvimento socioeconômico e de quebra de paradigmas de cultura social, a partir de uma população local com necessidades e anseios, que buscará melhorias na sua qualidade de vida com a utilização de ativos e potencialidades (PENA JÚNIOR; GRACIANO; VÁLERY, 2005).

Por outro lado, de acordo com Dowbor (2007), a educação voltada para o desenvolvimento local vincula-se à necessidade de formação do cidadão, com a capacidade de participar ativamente de iniciativas transformadoras, onde o cidadão poderá assumir o seu destino, principalmente a partir de uma dinâmica social local e facilitadora desse processo. Logo, Dowbor (2007) considera que os processos formativos deverão ser capazes de transmitir os conhecimentos necessários para que os cidadãos transformem a sua realidade sem sair de sua região de origem.

Dessa maneira, ainda segundo Dowbor (2007), da educação não se espera somente a transmissão de conhecimentos gerais, mas também o entendimento de que esses conhecimentos devam se materializar em possibilidades de transformação local. Sendo assim, tem sido cada vez mais crescente na sociedade o peso de iniciativas locais transformadoras (DOWBOR, 2007).

Dowbor (2007) ainda destaca que para uma educação emancipadora, ou seja, aquela que insere no cidadão à compreensão de sua realidade local, será necessário a organização de parcerias com os diversos atores sociais, construtores da dinâmica local por meio de articulações e apoio, como: o sistema educacional local; as universidades locais ou regionais; as organizações não governamentais e comunitárias; além de setores de atividades públicas, como o Sistema S (SEBRAE, SENAC e SESI).

Nesse aspecto, para Pena Júnior, Graciano e Válerly (2005, p. 4137), a universidade pode agir como intermediária nesse processo de desenvolvimento local, “[...] visto que tem condições intelectuais e tecnológicas de reunir em torno de si tanto instituições sociais, quanto instituições privadas, além do próprio poder público”. Portanto, a atuação da universidade será mais concreta quando estiver direcionada para a formação de instituições sociais integrantes desse processo proativo (PENA JÚNIOR; GRACIANO; VÁLERY, 2005).

Para Oliveira Jr. (2014, p. 1338), a importância estratégica das universidades para o desenvolvimento local e também regional pode ser compreendido a partir da noção de que essas instituições “[...] possibilitam aos lugares se conectarem com o mundo ao mesmo tempo em que se enraízam localmente e regionalmente e se conectam globalmente, com significativos efeitos nos circuitos de produção e consumo da economia [...]”. Desse modo, têm-se efeitos multiplicadores, acima de tudo nas cidades nas quais onde se encontram localizadas.

Ainda segundo Oliveira Jr. (2014), tanto a curto, médio ou longo prazo, as universidades contribuem para o surgimento de várias atividades, como a qualificação de mão de obra e a oferta de serviços qualificados, os quais seriam custosos de dinamizar a nível local sem a presença do ensino superior.

No entanto, a universidade precisa deixar de ser uma instituição isolada em seus projetos acadêmicos e de pesquisa, passando a ser mais interativa e vinculada com as questões socioeconômicas da região onde está inserida, fundamentalmente “[...] através da criação de dispositivos que facilitem a relação e a cooperação entre a universidade, o meio empresarial e a sociedade” (GOEBEL; MIURA, 2004, p. 40).

Sendo assim, Goebel e Miura (2004, p. 36) destacam, sobretudo, a importância da presença das universidades em determinados locais como instituições dinamizadoras “[...] das economias locais e regionais onde as mesmas estão instaladas, principalmente no seu entorno, através da geração de emprego e renda, colaborando significativamente no crescimento e desenvolvimento das cidades”.

Nesse sentido, Drumond (2001) aborda a experiência do chamado “crescimento endógeno”, que se baseia na presença de uma universidade como formadora de recursos humanos e produtora de conhecimento. Logo, o investimento prioritário na educação, em todos os seus níveis, aliado a uma maior qualificação profissional e atração de investimentos produtivos, geram como resultado, uma melhor qualidade de vida e de produção de riquezas (DRUMOND, 2001).

Nesse mesmo aspecto, Schneider (2002) frisa que a universidade representa um importante atrativo para o estabelecimento de novos investimentos em um município, principalmente porque são aplicados grandes recursos nessa instituição, como também, por meio dos salários de docente e de técnicos ou dos gastos de seus discentes, são investidos recursos na economia local, assim, agindo como multiplicador e desencadeador de efeitos econômicos no município.

Assim, a universidade difere-se de todas as outras organizações políticas, pois seu horizonte de tempo não é definido por eleições, como também de organizações da sociedade civil, em que sua existência sempre dependa de um problema social e dos recursos necessários para resolvê-lo. Portanto, essa instituição pode funcionar como catalisador de esforços para o desenvolvimento local e regional (MATHIS, 2001).

Atualmente, para Costa, Oliveira e Melo Neto (2006) é possível destacar diversas práticas desenvolvidas, especialmente por projetos de extensão universitária, representando ações e empreendimentos, que visam minimizar o avanço do desemprego, mediante a evolução de novas tecnologias e a ausência de políticas voltadas para essa questão, comprometendo sobremaneira a sobrevivência humana.

Assim, algumas dessas práticas visam o desenvolvimento humano local, assegurando a própria existência do indivíduo, pois visam colocar o homem como agente central e o trabalho como impulsionador de sua emancipação (COSTA; OLIVEIRA; MELO NETO, 2006).

3. METODOLOGIA

Para atingir os objetivos deste estudo, valemo-nos da pesquisa exploratório-descritiva, utilizando-se, como procedimentos, da pesquisa bibliográfica e da documental. Segundo Gil (2007), a pesquisa exploratória tem como característica marcante a interpretação dos fenômenos, principalmente por proporcionar maior familiaridade e aprimoramento de ideias; o que torna o problema mais explícito, neste caso especial os desafios do financiamento da UNEB para com o seu compromisso social e desenvolvimento local.

Nesse sentido, ainda segundo GIL (2007), a pesquisa descritiva visa à descrição das características de um fenômeno específico. Dessa forma, os estudos exploratórios são empregados, justamente com os descritivos, quando se deseja descrever as características de um determinado fenômeno (RICHARDSON, 2012).

Ademais, utilizou-se a pesquisa bibliográfica e documental, que segundo Lakatos e Markoni (2010, p. 142), “[...] é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema”. Portanto, fez-se necessária uma investigação e utilização dos principais autores dessa área em estudo.

De outro modo, o termo documental significa que a fonte de informações já é existente. Logo, essa fonte de informação resume-se em agregar dados e informações de documentos, descrevendo-os e/ou transcrevendo-os, além de se realizar uma ordenação inicial de informações para seleção daquelas mais pertinentes (LAVILLE; DIONNE, 1999). Para tanto, foram utilizadas a base de dados do Censo da Educação Superior (CES) do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e do Sistema e-MEC do Ministério da Educação, bem como informações de Relatórios de Atividades da UNEB.

4. RESULTADOS

O papel estratégico das universidades, em especial do setor público, objetiva colocar o ensino, a pesquisa e a extensão a serviço do desenvolvimento social, econômico e cultural. Com efeito, vem aumentando a demanda da sociedade por um novo papel da universidade, não cabendo somente formar profissionais tecnicamente qualificados, mas também assumir uma postura de responsabilidade com o seu entorno (regiões nos quais está instalada, com histórias, culturas e pertencimentos), ou seja, uma postura comprometida com a sociedade em geral (RISTOFF, 2006).

Nesse sentido, cabe destacar a missão institucional da UNEB:

[...] atuar dentro das prerrogativas de autonomia da instituição universitária, no processo de desenvolvimento do estado da Bahia, através da produção e socialização do conhecimento, voltado para a formação do cidadão, e solução dos grandes problemas regionais e locais, dentro dos princípios da ética, democracia, justiça social e da pluralidade etnocultural (UNEB, 2013, p. 35).

A responsabilidade social da UNEB pode ser percebida pela interiorização da oferta de cursos de graduação presenciais e na modalidade EAD, assim como, da pesquisa e pós-graduação e de parcerias com o setor produtivo para fins de pesquisa, inovação e desenvolvimento, contribuindo para a superação de desigualdades inter e intrarregionais no estado da Bahia. Complementariamente, as ações de extensão, programas e projetos, enfatizam o compromisso social da Universidade no que tange às políticas voltadas para inclusão de grupos sociais historicamente excluídos.

Costa (2012) ressalta que a universidade não assegura a promoção da justiça social, ela pode ser capaz de tornar as sociedades menos desiguais e mais integradas. A aquisição de conhecimento hoje, como dantes, é a condição indispensável para que as pessoas possam ter inserção social, seja no seu aspecto utilitário e visível, relacionado às habilitações, seja, a partir de uma visão mais ampla dos valores, com relação ao conhecimento como base da cidadania (COSTA, 2012).

No contexto de uma universidade *multicampi* e multirregional, compreende-se que o compromisso social, numa perspectiva emancipatória, deve buscar promover a inclusão social nos territórios onde os indivíduos vivem, contemplando o desenvolvimento social e o crescimento econômico qualificado. Dessa forma, questões como ampliação de acesso ao

ensino superior por meio de cotas e estabelecimento de metas que impulsionem o desenvolvimento local são questões pertinentes à temática do compromisso social de uma universidade.

Nessa perspectiva, a UNEB possui diversas ações planejadas e desenvolvidas em eixos estratégicos. No eixo Formação Cidadã e Profissional, registra-se o impacto e relevância do alinhamento com as demandas da sociedade por meio dos programas de articulação com a educação básica, a exemplo do Programa Institucional de Bolsas em Iniciação à Docência (PIBID), o Todos pela Alfabetização (TOPA), o Universidade para Todos (UPT) e o Plano Nacional de Formação de Professores (PARFOR) (UNEB, 2016).

No eixo Acesso e Permanência com Qualidade, observa-se um aumento na concessão de bolsas auxílio de assistência estudantil, nas categorias permanência, residência, Procampo e emergencial. E, no eixo Articulação Universidade e Sociedade as ações da Universidade Aberta à Terceira Idade e a publicação de editais de extensão, com o objetivo de democratizar o uso dos recursos financeiros no contexto da produção das ações extensionistas na UNEB. (UNEB, 2016).

Destaquem-se, ainda, ações realizadas pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – ITCP e a implantação da Turma Especial de Bacharelado em Direito destinada a assentados em Projetos de Reforma Agrária, devidamente cadastrados e reconhecidos pelo INCRA (UNEB, 2016).

Vale considerar que a UNEB é a primeira instituição do estado baiano que implantou o sistema de cotas social/racial na graduação e na pós-graduação, exercendo sua opção por equidade com ações afirmativas de reversão das desigualdades e promoção social. Essa Universidade reserva 40% de suas vagas para afrodescendentes e 5% para indígenas (UNEB, 2010).

Do exposto, que aponta para uma universidade socialmente responsável e comprometida com a democratização do conhecimento e com os processos de mudança e transformação social, importa-nos destacar que a gestão da UNEB vem enfrentando desafios relacionados ao financiamento.

Segundo Mota Júnior (2015, p. 2-3), “[...] as UEBA têm enfrentado algumas limitações financeiras, em consequência de determinações de Decretos Estaduais, que limitam os gastos públicos, afetando diretamente a autonomia administrativa dessas instituições [...]”. O que impede o cumprimento dos seus objetivos institucionais e acaba por diminuir a qualidade dos serviços prestados à sociedade (MOTA JÚNIOR, 2015).

Além dos recursos orçamentários provenientes do Tesouro Estadual e vinculados a Secretaria de Educação do Estado da Bahia (SEC-BA), a UNEB recebe outros recursos do Estado e da União, por meio de financiamento a programas e projetos especiais, alinhados com as prioridades destes, e com a capacidade técnica e/ou de contrapartida financeira da universidade, desde que preservada a autonomia universitária.

Nos últimos anos, tanto o montante vinculado ao Tesouro Estadual, quanto o proveniente de outras fontes, vem mantendo certa linearidade, não acompanhando o crescimento da instituição e as necessidades decorrentes de sua responsabilidade e compromisso social. Com efeito, a combinação da linearidade de receitas com o crescimento das despesas decorrentes do crescimento institucional, termina impondo o contingenciamento de verbas decisivas em todas as áreas do tripé ensino-pesquisa-extensão.

Para consolidar a autonomia, anteriormente citada, deve a universidade no comprometimento de suas receitas, atender ao fixado na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), Lei Complementar nº 101/2000 (BRASIL, 2000), com despesas de pessoal e tentar assegurar a margem necessária para despesas de custeio e investimentos, imprescindíveis ao pleno cumprimento de sua missão. O que tem se tornado cada vez mais difícil frente aos

incipientes recursos que compõe o orçamento da universidade, utilizados em sua maior parte para custear despesas com pessoal, conforme Tabela 03.

Convém ressaltar que por autonomia financeira entende-se a liberdade que a instituição tem de captar recursos, por meio de convênios, por exemplo. E, autonomia de gestão financeira por meio da liberdade que a instituição tem de propor e executar seu orçamento, gerenciando de maneira a atender seu planejamento estratégico, seguindo os trâmites previstos em lei e sujeitos à fiscalização pelos órgãos competentes do Estado (ROTHEN; SILVA, 2014).

Considerando o escasso orçamento proveniente do Tesouro Estadual, são os recursos de outras fontes responsáveis por financiar, quase que na totalidade, os programas e projetos realizados pela instituição. Assim, o crescimento dessas fontes de financiamento desponta como fator relevante no compromisso social da UNEB. Instituição de grande importância para diversas regiões do Estado, tanto na formação de profissionais qualificados, quanto no desenvolvendo projetos de apoio a melhoria da qualidade de vida a diversos seguimentos e em diversos aspectos.

Tabela 03 - Orçamento UNEB por Tipo de Despesa – Recursos do Tesouro, em Reais (2010-2015)

ANO/DESPESA	2010	%	2011	%	2012	%	2013	%	2014	%	2015	%
TOTAL UNEB	250.879.000	100	282.658.811	100	313.796.000	100	359.398.200	100	397.557.000	100	438.340.000	100
DESPESAS CORRENTES	243.126.000	96,9	272.482.171	96,4	305.353.000	97,3	346.176.200	96,3	386.964.000	97,3	423.295.000	96,5
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	179.554.000	71,6	195.377.171	69,1	231.370.000	73,7	248.536.000	69,2	288.986.000	74,7	329.594.000	77,9
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	63.572.000	25,3	77.105.000	27,3	73.983.000	23,6	97.640.200	27,2	97.978.000	25,3	93.701.000	22,1
DESPESAS DE CAPITAL	7.753.000	3,1	10.176.640	3,6	8.443.000	2,7	13.222.000	3,7	10.593.000	2,7	15.045.000	3,5
INVESTIMENTOS	7.753.000	3,1	10.176.640	3,6	8.443.000	2,7	13.222.000	3,7	10.593.000	2,7	15.045.000	3,5
OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,00	0

Fonte: Sicof (2010) apud Miranda (2013, p. 174); UNEB (2017).

Neste sentido, Oliveira (2016, p. 2) salienta:

se considerarmos que as universidades devem se preocupar com a qualidade do ensino que é ofertado a sociedade, com a produção crítica e com os benefícios que podem ser obtidos através das pesquisas realizadas, existe uma problemática a ser explorada quando se constata que para essas instituições os fins da educação e seus objetivos específicos são constantemente preteridos por aspectos econômicos, ao passo que o estado, ente responsável pela manutenção integral das mesmas, não consegue suprir suas necessidades financeiras para manutenção e expansão com qualidade.

Apesar do contexto ora descrito, a UNEB vem demonstrando resiliência e disposição para transpor as dificuldades de financiamento. Cabe ressaltar, que esse não é um quadro incomum em nosso meio universitário, pois a universidade pública brasileira vem sofrendo sucessivos e severos cortes de investimento nos últimos anos, que acabam por impactar no seu compromisso social.

5. CONCLUSÃO

Este artigo abordou o tema dos desafios do financiamento da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), no que diz respeito ao compromisso social e desenvolvimento local, com o objetivo de analisar os desafios relacionados ao contexto do financiamento da UNEB e os impactos em relação ao compromisso social e sua contribuição para o desenvolvimento local.

Inicialmente, este estudo contextualiza a educação superior do estado da Bahia, no que concerne a criação e a atuação da UNEB, demonstrando suas características e sua inserção em grande parte do interior do território baiano.

O estudo ainda apresenta conceitos sobre compromisso social e responsabilidade social, abordando também a relevante relação entre universidade e desenvolvimento local, como um agente desencadeador de efeitos econômicos nos municípios de atuação, bem como um relevante agente social impulsionador da emancipação para a cidadania.

Ao final, este trabalho apresenta os resultados preliminares desta pesquisa, destacando os desafios no contexto do financiamento da UNEB, no que diz respeito às restrições orçamentárias enfrentadas e os impactos relacionados ao seu compromisso social e desenvolvimento local de suas regiões de inserção.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Cesar. **Financiamento Público das Universidades Estaduais Baianas: restrições orçamentárias, expansão universitária e desenvolvimento local**. 2013. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade. Departamento de Educação. Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2013. 165f.

BARBOSA, Elisiana Rodrigues Oliveira. **A presença da Universidade do Estado da Bahia nos meios locais: o perfil e a inserção profissional dos seus egressos licenciados**. 2016. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, Departamento de Educação, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2016. 211f.

BOAVENTURA, Edivaldo Machado. **A Construção da Universidade Baiana**. Salvador: Edufba, 2009. Disponível em: <<http://static.scielo.org/scielobooks/4r/pdf/boaventura-9788523208936.pdf>>. Acesso em 17 jul. 2017.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 5 out. 1988, Seção 1, p. 1.

_____. Lei Complementar nº. 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 5 maio 2000, Seção 1, p. 1.

_____. Ministério da Educação. Sistema e-MEC. **Instituições e cursos de educação superior**. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em 17 jul. 2017.

COSTA, Patrícia Lessa Santos. Educação superior e desenvolvimento social no estado da Bahia: um estudo sobre as universidades estaduais baianas. **Temporalis**, [S.l.], v. 12, n. 23, p. 171-204, ago. 2012. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/2662>>. Acesso em: 017 jul. 2017.

COSTA, Francisco Xavier Pereira da; OLIVEIRA, Iolanda C. de; MELO NETO, José Francisco de. Autogestão. In: _____ (org.). **Incubação de empreendimento solidário popular: fragmentos teóricos**. João Pessoa: Editora da Universidade Federal da Paraíba, 2006, p. 46-92.

CUNHA, Luiz Antônio. Ensino superior e universidade no Brasil. In: **500 anos de educação no Brasil**. LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes & VEIGA, Greive Cynthia (Org.). 4.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

DAFT, Richard L. **Administração**. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

DEMO, Pedro. **A educação pelo avesso: assistência como direito e como problema**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002

DRUMOND, José Geraldo de Freitas. **O ensino superior e o desenvolvimento regional**. Montes Claros: UNIMONTES, nov. 2001.

DOWBOR, Ladislau. Educação e Desenvolvimento Local. **Revista de Administração Municipal – IBAM**, ano 52, n. 261, jan./fev./mar., 2007. Disponível em: <http://lam.ibam.org.br/predownload.asp?area=4&arq=04_educac261.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2017.

FIALHO, Nadia Hage. Universidades Estaduais da Bahia. **Caderno de Pesquisa Esse in Curso**, Salvador, v. 2, p. 21-38, 2004.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GOEBEL, Márcio Alberto; MIURA, Márcio Nakayama. A Universidade como fator de desenvolvimento: o caso do município de Toledo-PR. **Expectativa**, Toledo, v. 3, p. 35-47, 2004. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/expectativa/article/view/743/628>>. Acesso em: 12 jul. 2017.

GOERGEN, Pedro. Universidade e compromisso social. In: RISTOFF, Dilvo; SEVEGNANI, Palmira (org.). **Universidade e compromisso social**. Brasília: INEP, 2006, p. 65-98. (Coleção Educacional Superior em Debate; v. 4). Disponível em: <<http://www.ergonomia.ufpr.br/Metodologia/Universidade%20e%20Compromisso%20social%20INEP.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2017.

GOHN, Maria da Glória. Universidade: compromisso social e participação em projetos sociais. **Desigualdade & Diversidade**. Revista de Ciências Sociais da PUC-RJ, n. 9, p. 111-126, ago./dez. 2011. Disponível em: <<http://desigualdadeediversidade.soc.puc-rio.br/media/artigo9.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2015**. Brasília: INEP, 2016. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em 17 jul. 2017.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em Ciências Humanas**. Tradução de Heloisa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

MATHIS, Armin. Instrumentos para o desenvolvimento sustentável regional. **ADCONTAR**. Revista do Centro de Estudos Administrativos e Contábeis. Belém, v. 2, n. 2, p. 19-30, 2001.

MIDDLEJ, Moema Maria Badaró Cartibani. **Universidade e Região**: territorialidade da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC. 2004. Tese (Doutorado). Faculdade de Educação. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004. 273f.

MIDDLEJ, Moema Maria Badaró Cartibani; FIALHO, Nadia Hage. Universidade e Região. **Práxis Educacional**. Revista do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Sudoeste da Bahia (UESB). Vitória da Conquista, n. 1, p. 171-189, nov. 2005. Disponível em: <<http://periodicos.uesb.br/index.php/praxis/article/viewFile/406/436>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

MIRANDA, Marta Rosa Farias de Almeida. **Investimentos públicos diretos em educação superior na Bahia**: um estudo de caso sobre o sistema estadual de educação superior da Bahia. 2013. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação. Departamento de Educação. Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2013. 229f.

MOTA JÚNIOR, Antônio de Macêdo. Desafios do financiamento público das universidades estaduais baianas. In: Colóquio Internacional de Gestão Universitária, 15., 2015. **Anais Online...** Mar del Plata (Argentina), dez. 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/135898/101_00049.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2017.

OLIVEIRA, Cristiane Neves de. Expansão das universidades estaduais da Bahia: o financiamento pelo estado e a função supletiva da união. In: Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade, 10., 2016. **Anais Online...** Aracaju (SE), set. 2016. Disponível em: <<http://www.educonse.com.br/xcoloquio/cdanais.asp?id=927>>. Acesso em: 17 jul. 2017.

OLIVEIRA JR., Antonio. A universidade como polo de desenvolvimento local/regional. In: Simpósio Mineiro de Geografia, 1., 2014. **Anais...** Alfenas, 2014. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/geografia/article/download/7581/6586>>. Acesso em: 12 jul. 2017.

PENA JÚNIOR, Marcos Antonio Gomes; GRACIANO, Claudia Gomes; VÁLERY, Françoise Dominique. Universidade e Desenvolvimento local: reflexões sobre pró-atividade comunitária. In: Encontro Nacional de Engenharia de Produção, 25., 2005. **Anais...** Porto Alegre: ABEPRO, 2005. Disponível em: <http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2005_enegep0707_0298.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2017.

RICHARDSON, Roberto Jarry et al. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

RISTOFF, Dilvo. A universidade brasileira contemporânea: tendências e perspectivas. In: MOROSINI, Marília (org.). **A universidade no Brasil**: conceitos e modelos. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006, p. 37-52.

ROCHA, Saulo José dos Santos. **O desenvolvimento da região promovido pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) pelos seus egressos**. 2013. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano. Universidade de Salvador, Salvador, 2013. 276f.

ROTHEN, José Carlos; SILVA, Eduardo Pinto e (org.). **Políticas públicas para educação superior**. São Paulo, Xamã, 2014. Disponível em: <<http://www.obeduc.uerj.br/arquivos/livpub3.pdf>>. Acesso em: 17 jul. 2017.

SCHNEIDER, L. **Educação e desenvolvimento**: um estudo do impacto econômico da universidade federal no município de Santa Maria (RS). UNIFRA, Santa Maria, 2002.

SILVA, Flora Moritz da; MELO, Pedro Antônio de. Universidade e compromisso social: a prática da Universidade Federal de Santa Catarina. In: Congresso Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul. 10., 2010. **Anais...** Mar del Plata, Argentina, 2010. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/97090/UNIVERSIDADE%20E%20COMPROMISSO%20SOCIAL%20A%20PR%20C1TICA%20DA%20UNIVERSIDADE%20.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 26 jul. 2017.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB. **Projeto de Recredenciamento**. Tomo 2, v. 2. Salvador: UNEB, 2010.

_____. **Plano estratégico da UNEB**. 2. ed. Salvador: UNEB/Proplan, 2013. Disponível em: <<http://www.uneb.br/proplan/files/2013/07/PEWEB2013.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2017.

_____. **Relatório anual de atividades 2016**. Salvador: UNEB/Proplan, 2016. Disponível em: <<http://www.uneb.br/proplan/files/2010/06/RAQ20161.pdf>>. Acesso em: 27 jul. 2017.

_____. **Relatórios de Atividades**. Salvador: UNEB/Proplan, 2017. Disponível em: <<http://www.uneb.br/proplan/prestacao-de-contas/>>. Acesso em: 27 jul. 2017.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. Universidades e sociedades: consensos e dissensos. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 26, n. 81, p. 156-177, mar. 2005.